

CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: transformação social e economia solidária

Hermes Moreira Jr.

Doutorando em Relações Internacionais - UNICAMP
Mestre em Ciências Sociais - UNESP
Docente do curso de Relações Internacionais - UFGD

RESUMO: É tarefa essencial do cientista social, ou de qualquer outro pesquisador que esteja preocupado com o estudo das relações humanas e sociais, a compreensão da realidade em que está inserido, seja nos planos local, nacional ou global. Nesse sentido, faz-se de extrema importância o diagnóstico dos problemas que se colocam na pauta do dia de nossa sociedade, e que emergem à luz da crise econômica e política que está posta a imensos segmentos da população mundial com o processo de globalização de cunho neoliberal em curso. Para tanto, pretendemos observar neste artigo as possibilidades da Economia Solidária como proposta de renovação das teorias críticas ao status quo conservador, no intuito de encontrar novos caminhos e novas agendas para a emancipação social e as consequentes possibilidades de transformação da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: globalização neoliberal; emancipação social; economia solidária.

ABSTRACT: It's essential task of the social scientist, or any other researcher who is concerned with the study of human relations and social understanding of the reality in which it appears, whether at the local, national or global. In this sense, it is extremely important to diagnose problems that arise on the agenda the day of our society, and in the light of emerging economic and political crisis that is put huge segments of the world population with the globalization process imprint neoliberal ongoing. Therefore, in this article we intend to observe the possibilities of Solidarity Economy as proposed renewal of critical theories to the conservative status quo in order to find new ways and new agendas for social emancipation and the consequent possibilities of transforming reality.

KEYWORDS: neoliberal globalization; social emancipation; solidarity economy.

“As resistências não são todas, necessariamente, anti-sistêmicas, isto é, destinadas a combater, de uma forma ou de outra, o sistema capitalista. [...] (Há) fundamentalismos de diferentes gêneros, que decerto são, em geral, reações aos efeitos culturais das relações sociais do mercado capitalista, mas que buscam na restauração cultural uma solução para seus problemas. A mesma coisa pode ser dita a respeito de numerosas lutas que, periféricamente, se referem a relações pré-capitalistas, tais como castas, etnias e estruturas patriarcais. Elas concernem populações que ainda não foram diretamente integradas nas relações sociais capitalistas e que, envolvidas em processos de empobrecimento devido à mundialização da economia (programas de ajuste estrutural, supressão das

medidas de proteção social, produção agrícola voltada para a exportação, etc) reagem em função de seu imaginário social. [...] A mundialização das resistências e das lutas superará uma simples adição de iniciativas existentes no mundo, que marcam a insatisfação de milhões de seres humanos, para se revestir de um caráter orgânico”.

François Houtart

Introdução

A matriz estrutural do projeto político-social da modernidade se sustenta a partir do equilíbrio entre dois pilares, o da regulação e o da emancipação. Contudo, este equilíbrio pretendido, entre a regulação e a emancipação, nunca foi de fato alcançado. Os princípios Hobbesiano, do Estado, e Lockeano, do mercado, se hipertrofiaram em detrimento do princípio Rousseauiano, de comunidade, no momento em que a trajetória da modernidade passou a andar de braços dados com a trajetória do capitalismo, fortalecendo o pilar da regulação às duras penas do pilar da emancipação.

No decorrer desse processo, a estrutura apresentada pelo projeto da modernidade se fundamentou nos conceitos de individualidade, racionalidade, liberdade e igualdade. Esse arcabouço teórico-social passou a reconhecer os indivíduos como centros produtores de conhecimento e centros produtores de interesses, perspectiva aprofundada pela implementação político-ideológica da doutrina neoliberal na arquitetura das sociedades contemporâneas.

A implementação dessa doutrina, nociva às conquistas da cidadania cívica, política e social, se fez possível, em grande medida, em virtude das possibilidades abertas pelo processo de reestruturação econômica, financeira, produtiva, política e social dos anos 1980 e, sobretudo, pelas condições proporcionadas pelo aprofundamento do complexo processo de fluxos de pessoas, capitais e informações chamado de globalização. Assim sendo, a natureza cada vez mais disseminada dos problemas sociais (pobreza, desemprego, migrações, meio-ambiente, etc.) e a existência de redes globais de comunicação, tornam prováveis que valores como igualdade universal e solidariedade ganhem novas adesões e assim nova força frente aos desafios impostos pela agenda neoliberal e sua lógica da eficiência insuperável dos princípios do mercado.

A globalização dos anos recentes tem produzido um mundo mais desigual do que qualquer outro. De acordo com Fred Halliday (1999), as instabilidades e as desigualdades inerentes ao capitalismo global continuam a produzir um mundo de desigualdade e

hierarquia, no qual as tensões políticas e sociais poderão resultar em formas de contestação de massa.

Contudo, o cenário atual nos apresenta um panorama pessimista com relação a possibilidades de reação a este modelo dentro dos moldes atuais dos projetos de emancipação/reação social. Panorama pessimista, pois temos como principal apontamento deste final de século XX e início de século XXI uma crise epistemológica nas Ciências Sociais, seja dos projetos regulatórios do saber científico de idos do século XIX, seja dos projetos emancipatórios de fim catastrófico como o do socialismo real ao longo do século XX.

Nos defrontamos com uma crise geral: descrença no progresso, descrença na idéia de regulação, descrença na revolução, descrença na idéia de emancipação. Ao passo que, enquanto isso, observamos o crescimento dos índices de marginalidade, pois não há mais espaço para incorporação das massas, que cada vez mais afluem das periferias aos grandes centros, em busca de oportunidades que já não existem mais.

A perspectiva crítica, ao longo das últimas décadas, tem buscado avançar o espaço da regulação, buscando uma possibilidade emancipatória, principalmente, a partir da transformação da realidade. Porém, esse modelo, que em determinado momento fora revolucionário, pois ao invés de enquadrar as pessoas à realidade buscava alterá-la, não se mostra mais suficiente, não se faz mais funcional atualmente. Emerge daí a necessidade, conforme apresentado por Boaventura de Sousa Santos (2007), de uma crítica à teoria crítica.

Para ele, urge a necessidade de reinventar o conhecimento e os saberes. O conhecimento-emancipação deve ser privilegiado em detrimento do conhecimento-regulação, deve-se renovar a teoria crítica para reinventar a emancipação social. Essa refundação dos métodos de análise e ação é necessária uma vez que a preocupação com fatores econômicos da vida não ocupa mais a posição de centralidade inquestionável como em tempos passados. Pois agora, “muitos dos problemas e desafios atuais não se vinculam diretamente à satisfação das necessidades materiais”, eles são, em parte, de ordem valorativa, e isto significa que a forma de tratamento deles deve considerar a complexidade do contexto conceitual dentro do qual emergem (POKER, 2006, p. 165).

Portanto, essa crise geral hodierna, das formas revolucionárias de emancipação social, faz com que as forças políticas progressistas recorram a novas linguagens, como por exemplo, o respeito aos direitos humanos, ou a luta pela preservação ambiental, ou ainda o reconhecimento de singularidades e particularidades culturais, para reinventar a linguagem da emancipação (SANTOS, 2003).

É em meio à crise do modelo de regulação social (simbolizada pela crise do Estado intervencionista, o Estado providência) e à crise da emancipação social (simbolizada pela crise da revolução social e da transformação radical), e impulsionados pela expansão do movimento de globalização neoliberal, que são gerados espaços para a ação dos movimentos sociais de resistência global, movimentos que possuem perspectivas críticas preocupadas com a emancipação humana e com a transformação da realidade social e política em busca de uma sociedade global mais justa, democrática e ecologicamente sustentável.

A Globalização Neoliberal e as Forças do Mercado

O processo de globalização que ora se apresenta teve suas condições proporcionadas pelas características desenvolvidas a partir do desenvolvimento e evolução das chamadas novas tecnologias de informação e comunicação. Esse processo pode ser definido, de acordo com Giddens (1991), como uma “intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem muitas milhas de distância e vice-versa”¹.

Esta noção de globalidade acaba por remeter o processo a uma idéia de conjunto, de integralidade, de totalidade, conceitos que sugerem, portanto, uma percepção de integração. Desse modo, ao utilizar o termo “global”, somos levados a supor que o objeto ao qual ele é aplicado não apresenta quebras, fraturas ou hiatos. Segundo Mirian Cardoso, é exatamente esta a percepção que pretende ser apresentada, pois globalizar sugeriria exatamente o oposto de dividir, marginalizar, expulsar, excluir:

O simples emprego de “globalizar” referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima dessa regularidade ou norma, dificultando sua percepção e mesmo omitindo-a. Consciente e deliberadamente, ou não, a utilização da palavra nestas condições tem tal eficácia (CARDOSO, 1999: 106-107).

Devemos recordar, conforme assinala Boaventura, que a globalização, sendo constituída por feixes de relações sociais, envolve conflitos e, por vezes, vencedores e vencidos, tornando-se o discurso sobre globalização, freqüentemente, a história dos

¹ Para o autor, a globalização possui quatro dimensões fundamentais: 1) a *economia mundial capitalista* operante a partir das corporações transnacionais; 2) as *entidades políticas* representadas pelos Estados-nação; 3) a *ordem militar mundial* e suas conexões com a indústria da guerra; 4) a *expansão espacial da divisão internacional do trabalho* e seus impactos na esfera da produção, da vida cotidiana e no meio ambiente (GIDDENS, 1991).

vencedores contada pelos próprios. Somente assim, poderemos considerar a globalização como “processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição ou entidade rival” (SANTOS, 2003: 433).

Nesse sentido, perante as condições do sistema-mundo ocidental, aquilo a que chamamos de globalização é sempre a globalização bem-sucedida de determinado localismo. É a expansão destes determinados localismos, bem-sucedidos e transformados em “globalismos” (SANTOS, 2001), que Habermas irá identificar como “ação desintegradora da globalização”. Segundo ele, seus efeitos são responsáveis por destruir as formas tradicionais de solidariedade e dissolver as formas consensuais agrupadas sob o sentimento de nação, necessárias à construção da identidade cultural sobre a qual se constitui o sentido de interesse público (HABERMAS, 2001).

A globalização, portanto, uniformizaria valores, costumes, cotidianos, em distantes regiões e culturas do mundo, em torno da produção e do consumo, sobrepondo-se a todas as outras formas de *status* e regulação social. A partir daí, se cria o mercado global, que nutre todas as suas forças na concentração, e nunca no sentido da distribuição eqüitativa dos recursos e oportunidades necessária à manutenção de uma sociedade democrática.

Motivada e fortalecida pela ideologia neoliberal, as forças do mercado global atuam de forma a direcionar não só a esfera econômica, ou da produção, mas também da política, da regulação social e da garantia de conquistas de direitos. Ainda segundo Habermas (2001), no contexto da globalização neoliberal houve um deslocamento de poder: o dinheiro substitui a política como poder de regulação.

O neoliberalismo como agente direto e influente na política e na regulação social vem sendo aplicado em escala mundial desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. Sob políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, o resultado deste processo tem sido perverso. Do ponto de vista social, suas mazelas são velhas conhecidas de povos africanos, asiáticos e latino-americanos.

Contudo, após sua disseminação por toda a “periferia” do sistema mundial, os efeitos deletérios do neoliberalismo têm “contaminado” também o seu “centro”. Dessa forma, a Europa ocidental e todos os demais países do chamado “norte econômico” vêm conhecendo o desemprego crescente e crônico, o aumento da pobreza, a queda na qualidade de vida das classes médias, a redução dos salários, a precarização do trabalho, a fome e o desabrigo generalizados (HARVEY, 2011).

Essa mundialização do neoliberalismo tem sido articulada em torno da busca ou do fortalecimento de alguns monopólios por parte das forças do mercado nos países centrais: I) monopólio das novas tecnologias; II) monopólio do controle de fluxos financeiros em escala mundial; III) o controle do acesso aos recursos naturais do planeta; IV) o controle dos meios de comunicação e da mídia de alcance mundial; V) o monopólio das armas de destruição maciça; (AMIN, 2004). É a partir do controle desses monopólios, que as forças do mercado buscam articular os modos de dominação social internos específicos das sociedades de modelo neoliberal, bem como possibilitar a ampliação de sua inserção no sistema mundial em busca de novos consumidores e novas fontes de exploração de matérias-primas.

Essa expansão das forças do mercado nas decisões políticas e econômicas dos agentes de regulação social, os Estados, têm afetado numerosos setores da vida humana. A penetração da lógica do mercado vem se dando em domínios cada vez mais amplos, inclusive na educação, na saúde, na seguridade social e na cultura. Com a introdução dessa lógica mercantil, de ganhos e perdas medidos de forma tangível nesses domínios, seu reconhecimento como direitos humanos progressivamente conquistados pelas lutas sociais é enfraquecido. Além do mais, a construção ideológica neoliberal busca ocultar as contradições impostas pelo seu sistema. Essa característica é permanentemente negada pela ideologia dominante, que persiste em afirmar que a globalização oferece uma chance que as sociedades podem aproveitar, ou não, por razões que lhes são próprias, e não do sistema.

Ocorre, atualmente, uma tentativa de criar um consenso baseado na idéia de que o que ela produz é bom para todos, mas o que existe hoje deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa. Ou seja, buscam produzir ideologicamente a imagem de que este se coloca como o único caminho para os rumos da humanidade, no mais puro exemplo da teleologia do “fim da história”.

Contudo, a contradição insanável entre o modelo sócio-econômico proposto pelo neoliberalismo e o bem-estar da maioria da população mundial aponta para a insustentabilidade desta globalização. A incessante busca por ganhos e lucro faz dos governos nacionais, antigos responsáveis pela regulação social, reféns dos interesses econômicos do mercado, levando-os à perda do controle sobre o interesse público. Ao mesmo tempo, frente às disparidades criadas por este modelo em curso, que estende paulatinamente o abismo entre ricos e pobres, e vem causando danos irreversíveis ao meio ambiente, emerge uma opinião pública mundial, que congrega organizações e movimentos sociais, em busca de um modelo alternativo de globalização.

Tendo como ponto em comum a idéia de indivisibilidade da dignidade humana, que estaria sendo solapada pelos valores impostos pelo mercado, tais organizações tentam articular a resistência à globalização neoliberal de maneira alternativa, de fato global e democrática. Portanto, deve ser feita a distinção entre a globalização neoliberal (hegemônica) e a globalização solidária (contra-hegemônica), para que os novos desafios e tensões, que surgem no âmbito do “pós-nacional” possam ser equacionados a partir da “equidade global” e de uma cidadania também pós-nacional (SANTOS, 2001).

Somente assim poderá ser elaborado um novo contrato social, em que tanto o controle social quanto a emancipação social deverão ser deslocados para o nível global, pois a nova arquitetura política democrática também deve ser global. É preciso, portanto, conviver e entrar em conflito com o internacionalismo da globalização neoliberal, e para isso o diálogo (e o confronto) entre estas duas globalizações é inadiável.

A Emancipação Social e a Renovação da Teoria Crítica

A atual crise do sistema de regulação social nos coloca a necessidade de constituir ordem social que rompa com os antagonismos estruturais do presente. Esse processo se dará a partir da instituição de uma nova ordem social radicalmente diferente da constituída, passível, portanto, de suplantare a condição atual. Se tomarmos a perspectiva de István Mészáros, isso significaria “a refundação radical da política sobre as bases de uma racionalidade substantiva e historicamente sustentável, para então, ser capaz de administrar conscientemente todos os assuntos humanos na escala global exigida” (2007, p. 32).

Essa refundação da política e da ordem social deveria ser o objetivo central de todos aqueles que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância, ainda segundo Mészáros (2002). Somente a partir de então, se poderia pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano, superando a lógica desumanizadora do capital para, posteriormente, desenvolver as possibilidades de uma sociedade criativa e emancipatória.

Ainda segundo ele (MÉSZÁROS, 2002), a emancipação humana deve estar aliada a uma luta por transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico, lutando contra os mecanismos de reprodução e perpetuação desse sistema. O processo de reestruturação radical deveria ser orientado a partir de uma estratégia de reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram envolvidos os indivíduos. Deve-se libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal a partir do reconhecimento de que a história é um campo aberto de possibilidades. Assim se constituiria uma mudança qualitativa

das condições objetivas de reprodução da sociedade e a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente, implicando em uma sociedade para além do capital.

O que se propõe, portanto, é a crítica à linearidade do tempo e da constituição social, como a idéia de que há um sentido único da história.

A emancipação humana é plausível apenas com base em uma concepção histórica que rejeita não apenas a idéia do determinismo materialista mecânico, mas também o tipo de desfecho da história filosófico idealista que encontramos na visão hegeliana do mundo (MÉSZÁROS, 2007: 49).

Para possibilitar o desencadeamento desse processo, Boaventura apresenta como possibilidade uma ampliação do presente a partir da contração do futuro, “construindo na teoria e na práxis subjetividades rebeldes capazes de produzir alternativas à hegemonia conservadora e neoliberal e seus efeitos na ampliação da barbárie humano-social” (SANTOS, 2007: 12). Uma vez que a produção de tempo livre pelos indivíduos sociais no curso da história é condição necessária para a emancipação, o nosso grande desafio é reinventar as possibilidades emancipatórias que havia no conhecimento da utopia do futuro. Contudo, para Boaventura, a utopia do futuro deve ser substituída pela dilatação do tempo presente.

A idéia de emancipação social é um conceito absolutamente central na modernidade ocidental, fundamental na luta por uma sociedade mais igualitária e democrática. Contudo, as estratégias para atingí-la não podem ser as mesmas utilizadas até o tempo presente, uma vez que os instrumentos que constituem o sistema de regulação foram alterados, e as formas tradicionais de emancipação se encontram em crise.

Entretanto, como aponta Boaventura, não está em crise a idéia de que necessitamos de uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa. “As promessas da modernidade – a liberdade, a igualdade e a solidariedade – continuam sendo uma aspiração para a população mundial” (SANTOS, 2007: 19). Para alcançar esses objetivos aos quais aspiram as perspectivas emancipatórias, o grande desafio posto é lutar contra as formas fundamentais de poder que se colocam no espaço-tempo do capital². Assim, as lutas e resistências frente à globalização neoliberal devem amparar os anseios de diversos e

² De acordo com Boaventura, a emancipação tem o desafio de lutar contra as seis formas fundamentais de poder: o espaço-tempo doméstico, onde a forma de poder é o patriarcado, as relações sociais de sexo; o espaço-tempo da produção, onde o modo de produção é a exploração; o espaço-tempo da comunidade, onde a forma de poder é a diferenciação desigual entre quem pertence à comunidade e quem não pertence; o espaço estrutural do mercado, onde a forma de poder é o fetichismo da mercadoria; o espaço-tempo da cidadania, o que normalmente chamamos de espaço público: aí a forma de poder é a dominação, o fato de que há uma solidariedade vertical entre os cidadãos e o estado; o espaço-tempo mundial em cada sociedade, que está incorporado em cada país, onde a forma de poder é o intercâmbio desigual (SANTOS, 2007).

distintos grupos que a constituem para então conciliar os seus interesses de forma a suprir as suas necessidades sempre que possível.

Ganham, portanto, importância vital no processo de renovação da emancipação social os novos movimentos sociais, que alargam a luta política pela cidadania, e ampliam o leque de reivindicações, que antes se restringiam ao campo estritamente político, e hoje abrangem as esferas pessoal, social e cultural. Nesse contexto globalizado, Boaventura observa que “os movimentos sociais atuais são grupos sociais ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses coletivos, por vezes muito localizados, mas potencialmente universalizáveis” (SANTOS, 1997: 261).

Os movimentos sociais que constituem uma frente de combate à globalização neoliberal devem impulsionar transformações por meio de um programa de ações políticas, sociais e econômicas que alcancem o maior número possível de participantes e simpatizantes, capazes de redefinir os caminhos para a emancipação social com a real representatividade de seus elementos. De acordo com Sader (2004) “a questão política e teórica mais importante, atualmente, na luta por um ‘outro mundo possível’, é aquele referente à construção de uma hegemonia alternativa ao modelo neoliberal”.

A reinvenção da emancipação social deve, portanto, buscar alternativas para construir uma globalização solidária baseada no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente, à democracia internacional, à justiça social, à igualdade e à soberania (GOMEZ, 2004). A nova emancipação social seria baseada no aprofundamento do campo político em todos os espaços da interação social, pressupondo novos exercícios e critérios democráticos e novas formas de participação política. Como observa Boaventura: “Dizemos que um outro mundo é possível porque este é um mundo cheio de oportunidades, alternativas e possibilidades” (SANTOS, 2007).

Os Caminhos da Emancipação pela via da Economia Solidária

A ideologia neoliberal hodierna, ao pregar o desmantelamento das regulamentações econômicas produzidas pelo Estado por meio do pacto social firmado a partir do consenso keynesiano de meados do século XX (normas, regras e leis que garantiram a implantação do *welfare state*, sobretudo em países da Europa Ocidental), retoma, atualiza e propaga os valores do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX. Dessa monta, a função de regulamentação econômica passa a ser exercida por organizações multilaterais, tais como o G-7, a OMC, o FMI ou o Banco Mundial, dominadas, em geral, pela racionalidade técnica e instrumental de seu corpo de intelectuais e burocratas, e não raro,

pelos interesses de governos e capitalistas dos países centrais. Ao constituir o arcabouço ideológico destas instituições, os defensores do pensamento neoliberal visam, principalmente, garantir que as relações sociais e econômicas, incluídas aqui as relações trabalhistas, ocorram isentas de quaisquer barreiras e regulações aos fluxos e à acumulação de capital.

O neoliberalismo busca proporcionar as condições para o desenvolvimento dos princípios do capital financeiro, que está disposto a aumentar ao máximo o seu retorno sem se importar com a identidade nacional dos fluxos financeiros ou com as consequências políticas e sociais da especulação de ativos no mercado de créditos global. O discurso de superação do Estado arcaico e perverso, com serviços públicos ineficientes e prejudiciais ao cidadão devido aos vícios do fisiologismo e da corrupção, serviu para que essa ideologia ganhasse espaço na sociedade. Processo impulsionado em grande medida pela pressão exercida pelas elites econômicas e pelos meios de comunicação de massa vinculados a esses grupos. As privatizações, redução dos investimentos públicos (agora redimensionados como gasto público) e a flexibilização de leis e regimes trabalhistas, deram a tônica do novo contexto político e social a partir de sua implementação (BRIEGER, 2009).

A abertura ao capital financeiro e estrangeiro passou a ser defendida como política necessária para fomentar o crescimento e o dinamismo econômico. Contudo, esta mesma política se tornou responsável por solapar a capacidade competitiva local, fragmentando cadeias produtivas nacionais e ampliando a divisão internacional do trabalho entre fornecedores de itens de baixo valor agregado e *commodities* agrícolas e produtores de bens com alto valor agregado e geradores de tecnologias. Essa dinâmica foi responsável por ampliar a desigualdade entre nações e regiões, levando ao aumento da pobreza e da indigência e, conseqüentemente, da fome, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2005).

Até mesmo a implantação de políticas sociais que atenuassem desigualdades materiais, acentuadas pelo funcionamento não monitorado dos mercados, ficariam de lado neste novo projeto de regulação da sociedade. No campo social, houve piora das condições de trabalho, que se refletiu na qualidade de vida da população trabalhadora: o número de contratos temporários cresceu, aumentaram as horas de trabalho, reduziram-se os contratos e a proteção social.

Coube aos movimentos sociais e grupos de trabalhadores organizados articularem um conjunto de atividades capaz de gerar as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de grande parcela da população que não vinha sendo absorvida nem pelo mercado de trabalho tradicional, capitalista, nem pelas ações compensatórias por parte

do setor público. Assim, foram fortalecidos mecanismos alternativos de enfrentamento ao desemprego, entendidos como novos arranjos sociais, políticos, econômicos e culturais, que passaram a ser coletivamente elaborados e aperfeiçoados e se tornaram eixos orientadores de todos os esforços em prol de empreendimentos coletivos. Trabalhadores urbanos e rurais, formais e informais, se motivaram a empreender iniciativas econômicas para a recriação e potencialização de espaços de inserção social e se organizaram para a produção de bens, prestação de serviços, consumo e comercialização mercadorias, ampliando as possibilidades de participação social das massas excluídas nas esferas econômica e política (CAVALCANTE, 2011; CARVALHO, 2011).

Entre as experiências buscadas pela esquerda e pelos movimentos sociais com o intuito de refundar projetos de emancipação social estão iniciativas voltadas à autogestão, ao cooperativismo e às iniciativas de organizações vinculadas ao chamado terceiro setor. Voltadas à ação em um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do Mercado (FRANÇA FILHO, 2002) tais experiências têm em comum a insatisfação com as formas mais características de organização do trabalho sob a hegemonia do modelo econômico capitalista, sobretudo pelos fracassos do mercado quanto à vocação para a redução das assimetrias, como também pela ausência da capacidade do Estado de satisfazer as demandas minoritárias (LAVILLE, 2006).

Nesse espectro, merece destaque o conjunto de possibilidades emanadas do ideário de ajuda mútua, associação, cooperação e hibridismo econômico, imbuídos de uma função social efetivamente afeita à inserção das populações marginalizadas na produção e na vida social. Tal emergência busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, buscando novas relações (sociais, econômicas e ambientais) contrárias à alienação em relação ao processo do trabalho, às desigualdades sociais e à concentração de poder e riqueza na mão de uma minoria e aos desequilíbrios ecológicos, em um movimento mundialmente conhecido como economia solidária.

Em consonância a esse processo, como resposta ao sufocamento imposto pela euforia neoliberalizante das elites econômicas e de especuladores do mercado, a Economia Solidária se fortalece como movimento contra-hegemônico. Movimento esse, capaz de apresentar um fazer econômico contemporâneo, orientado sob a perspectiva da geração de renda, criação de ocupações e afirmação de uma identidade coletiva, politicamente integrada e que efetivamente é capaz de afirmar o trabalho como expressão da liberdade humana:

sua lógica de funcionamento baseia-se na criação e aprofundamento de diálogos entre culturas econômicas locais, aproximações e interações a fim de fomentar e de construir novos referenciais e possibilidades de sociabilidade não mediadas pela lógica acumulativa do capital” (CAVALCANTE, 2011: 114).

O Movimento da Economia Solidária objetiva a renovação das identidades individuais e coletivas, à luz de valores como solidariedade, autogestão e participação, bem como busca reforçar laços comunitários e de solidariedade econômica. Ainda segundo Cavalcante (2011: 115), esses movimentos sociais e grupos de trabalhadores se organizaram tendo no horizonte a economia solidária como modo de produção substituto do capitalismo: “a compreensão da economia solidária se fortalece a partir da análise do desenvolvimento orgânico da classe trabalhadora em suas permanentes lutas por afirmação e emancipação”. Com efeito, para fins de superação das amarras impostas pela sociedade capitalista aos trabalhadores, a autonomia se afirma como importante instrumento de afirmação e emancipação. Sua expressão principal se concretiza com o envolvimento direto dos indivíduos nas atividades de organização e gestão dos empreendimentos econômicos.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham, e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela (SANTOS, 2005: 83).

Tais empreendimentos, chamados também de empreendimentos solidários, são, em geral, administrados por associados ou cooperados eleitos para esta função por seus pares, e que pautam suas ações a partir das diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou reuniões de conselhos de delegados escolhidos pelos trabalhadores. Dessa forma, máquinas, equipamentos e instalações são definitivamente coletivizadas, garantindo aos trabalhadores a administração e posse dos meios de produção.

Na esfera política, a Economia Solidária fomenta ações e políticas públicas voltadas para o apoio ao trabalho associado, coletivo e autogestionário. Visa reconstruir uma noção de gestão pública afeita às necessidades dos movimentos sociais e que seja capaz de contribuir para uma governança autogestionária, em contraposição a um modelo como o neoliberal que naturaliza o Estado capitalista e a luta de classes na sociedade. Nas palavras de Silva (2011), fica evidente o horizonte de superação do atual modo de produção:

a construção de cooperativas verdadeiramente autogestionárias e socialistas deverá ser obra da própria classe trabalhadora consciente. A possibilidade de construção de nova forma de sociabilidade humana não mediada pelo capital está inscrita nas contradições do real, no processo de luta histórica (SILVA, 2011: 48).

Na esfera econômica, a economia solidária é marcada por práticas organizacionais alicerçadas em novas formas de solidariedade, identificadas por meio da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. De acordo com Singer (2008):

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. Ela basicamente demonstra que a alienação no trabalho, que é típica da empresa capitalista, não é indispensável.

Ainda segundo a leitura de Singer, a economia solidária propõe uma outra economia, uma economia desalienante, que oferece ao trabalhador e ao conjunto das pessoas um ambiente de trabalho mais igualitário. Aspectos como a solidariedade democrática e a ocupação dos espaços públicos, a valorização do Estado social e o questionamento ao capitalismo de mercado são característicos desse modelo de organização social e da produção. Assim, são viabilizados mecanismos que proporcionem a geração de cadeias sócio-produtivas locais e a constituição de redes de economia alternativa, assim como fóruns entre os agentes e os poderes públicos (LAVILLE, 2006).

Nesse sentido, ganham força empreendimentos econômicos solidários como Bancos Populares (cooperativas de microcréditos que financiam empreendimentos locais), Clubes de Trocas (intercâmbio de produtos ou troca via moedas fictícias) e Cooperativas Populares (autogestão da produção e da prestação de serviços). Compostos por militantes críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral, os empreendimentos econômicos solidários, como observa Pocchman (2004), abarcam representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida.

Nesse sentido, propostas baseadas na fundação estruturante de uma concepção de antipropriedade, baseada em um sistema comunal, em cooperativas de crédito funcionando como caixa de mediação financeira para administrar a renda sistêmica, em eixos produtivos formando cadeias horizontais e verticais integrando produção e logística priorizando o valor

de uso sobre os valores de troca da acumulação de capital, e uma organização política por meio de conselho de governança autogestionária (BENINI, 2011).

Com efeito, por meio de forte ação social em direção à mudança de modelo proposta, a economia solidária envia uma forma associativista e cooperativista desde sua implementação até seu produto final, ampliando o ativismo social e os movimentos políticos em espaços públicos, assim como ocupando os mecanismos de participação e controle social (LAVILLE, 2006, FRANÇA FILHO, 2006). Atuando, portanto, no seio das contradições do Estado Liberal-Social tencionando evitar a separação entre espaço público, democracia e economia.

Logo, a economia solidária se fundamenta na propriedade orgânica, anulando a propriedade privada, na renda sistêmica, anulando a intermediação mercantil, e na auto-gestão e auto-organização, anulando a divisão social e hierárquica do trabalho, princípios estes entendidos por Meszáros como estruturantes do capital (BENINI, 2011).

De acordo com Boaventura (SANTOS, 2005), há quatro razões fundamentais que qualificam este processo como promissor no campo de alternativas emancipatórias, sobretudo, por ser capaz de atrair trabalhadores que, à priori, não militam junto a movimentos sociais:

- ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas, operam como unidades produtivas capazes de competir no mercado e têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo;
- a difusão das cooperativas tem um efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia, o que, por sua vez, estimula o crescimento econômico e diminui os níveis de desigualdade;
- os benefícios não econômicos gerados para os seus membros, e para a comunidade em geral, são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista;
- as cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas.

Nesse processo, focado na altermundialização e no questionamento às estruturas que conformam a regulação social do paradigma neoliberal, a solidariedade aparece como princípio ético e político das práticas econômicas, visto que reivindica ações públicas que fortaleçam a cidadania e a democracia rumo à emancipação social.

Considerações Finais

O sistema capitalista e sua proposta baseada no neoliberalismo revelaram uma enorme capacidade de expansão, atingindo, sucessivamente, os níveis de globalização mercantil, produtiva e financeira. Porém, também se revelou incapaz de garantir prosperidade equânime e coletiva.

Tais processos econômicos e sociais engendraram reações nos movimentos sociais e nas forças políticas progressistas, que impulsionadas por cada crise ou desequilíbrio do capitalismo globalizado, ampliaram os choques e conflitos sociais e políticos que se encontravam latentes. O aumento da marginalização social e a ampliação da polarização entre pobres e ricos sugeriu uma intensificação dos protestos e atos de resistência contra as políticas econômicas neoliberais em diferentes partes do mundo. A mobilização dos diversos grupos sociais aliados pelo processo de dominação hegemônica da ordem capitalista transnacional viu sua atuação em escala global facilitada pela interação proporcionada pelas estruturas criadas pela integração global.

Frente a este cenário constituído, forças transformadoras tendem a se reposicionar, experimentar novos caminhos políticos e novas formas de luta e organização, buscando um rearranjo nos rumos da emancipação e no combate pelo advento de uma nova sociedade. Como nos indica Stephen Gill:

A ação coletiva global deve ser vista como plural e diferenciada e, ao mesmo tempo, democrática e inclusiva. Possui concepções inovadoras de justiça social e solidariedade, de conhecimento, emancipação e liberdade, e se preocupa com aspectos como a diversidade, a unicidade do planeta e da natureza, a democracia e a equidade social. O desafio é buscar uma estratégia que vise a subordinação da economia política mundial a um regime de equidade social (GILL, 2000).

Nesse passo, como antítese da emergência de processos tais quais o desemprego estrutural, o recrudescimento da exploração de trabalhadores em sua jornada e precarização de seu ambiente de trabalho, bem como inúmeros artifícios de espoliação e submissão das classes subalternas, a Economia Solidária resgata a perspectiva de autogestão, garantindo assim renovado espaço como proposta de organização de um sistema orgânico do trabalho (BENINI, 2011).

Nesse sentido, observamos como possibilidade de alternativa ao modelo regulatório em crise, e às formas emancipatórias em descrença, a luta pela democracia radical, no sentido de garantia de direitos sociais e linguagem do diálogo. Essa democracia radical se

viabiliza a partir da prática democrática de alta intensidade, fortalecendo a oposição ao liberalismo individualista, e também a superação das teorias socialistas centralizantes. Colocando-se em ação uma práxis democrática que trate a alteridade com igualdade e ocupe todos os espaços de tempo e sociabilidade, em todas as esferas da política. É a partir dessa construção, teórica e prática, em que as diferenças sejam reconhecidas com igualdade, que os caminhos para a reinvenção da emancipação social se abrem frente a esta perspectiva neoliberal que assola todos os valores de cidadania e sociabilidade mundo afora.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BENINI, Édi A. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir da práxis da Economia Solidária. In: Benini, Edi; Dagnino, Renato. *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

BRIEGER, Pedro. *Política externa dos governos progressistas do Cone Sul: convergências e desafios*. Seminário Organizado por la Fundación Friedrich Ebert, Sao Paulo, 29-30 de setembro de 2009.

CARDOSO, Miriam L. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. *Globalização Excludente*. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAVALCANTI, Angelo. Economia solidária: história, interpretações e possibilidades. In: Lucena, A; Carvalho, C; Vieira, N. *Cooperação e Inclusão Social*. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2011.

CARVALHO, Claudia; Campos, Flávia; Terêncio, Juliana. Considerações sobre o mercado de trabalho e a prática de autogestão no contexto da Economia Solidária. In: Lucena, A; Carvalho, C; Vieira, N. *Cooperação e Inclusão Social*. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto de Carvalho. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular*. Bahia, Análise & Dados. Salvador, vol. 12 n.1, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto de Carvalho. A Economia Popular e Solidária no Brasil. In: França Filho, G. Laville, J. Medeiros, A. Magnen, J. *Ação Pública e Economia Solidária: Uma Perspectiva internacional*. EDUFBA; UFRGS, 2006.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GILL, Stephen. Toward a postmodern prince? The battle in Seattle as a moment in the new politics of globalization. *Millennium: journal of international studies*, v. 29 n 1 jan 2000.

GOMEZ, José M. De Porto Alegre a Mumbai O Fórum Mundial e os desafios do movimento altermundialista. In: CECEÑA, Ana E. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

HABERMAS, Jurgen. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e Economia: Um Quadro de Análise. In: França Filho, G. Laville, J. Medeiros, A. Magnen, J. *Ação Pública e Economia Solidária: Uma Perspectiva internacional*. EDUFBA; UFRGS, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico. O socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

POCHMANN, Marcio. *Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites*. Brasília: Mercado de Trabalho, Nota Técnica IPEA, 2004.

POKER, José G. Direitos Humanos e luta pela igualdade. In: CORSI, F. et al. *Economia, sociedade e relações internacionais*. Londrina: Praxis, 2006.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. CECEÑA, Ana E. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura S. Os Processos da Globalização. In: SANTOS, Boaventura S. *A Globalização e as Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, Boaventura S. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura S. *Democratizar a democracia. Os caminhos para a democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, Boaventura S. *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura S. Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista. In: SANTOS, Boaventura S. *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura S. *Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Felipe L. G. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: Benini, Edi; Dagnino, Renato. *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

SINGER, Paul. Economia Solidária. *Revista Estudos Avançados*. USP. Vol. 22 N. 62. São Paulo, 2008.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo. Vulnerabilidade social e instabilidade democrática. In: DUPAS, Gilberto. (cord.) *A América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

Recebido em: 16/04/2013

Aprovado em: 07/06/2013